

Sinais de que o Cabralão pode ficar menos pior

JORNAL DA TARDE

Apesar da morosidade com que estão transcorrendo os trabalhos na Comissão de Sistematização — o que torna ainda mais dramático, por exemplo, o quadro de paralisia quase total nos investimentos internos e externos a que está submetida a economia brasileira — a discussão e votação do primeiro esboço da nova Constituição têm sido, nestes primeiros dias, muito menos ameaçadoras para o futuro do País do que se temia anteriormente, em função do que a Assembléia Nacional Constituinte vinha aprontando até então.

Com efeito, com algumas exceções de importância relativa e que poderão ser facilmente corrigidas nas próximas etapas que o projeto terá que vencer até ganhar seu formato definitivo, o que está prevalecendo nas votações no plenário da Comissão de Sistematização são as posições mais moderadas e mais objetivas, ou seja, as posições verdadeiramente progressistas. Os grupos nacional-estatizantes, que tanto barulho fizeram até agora e que, por ocuparem posições estratégicas nas várias comissões e subcomissões encarregadas da garimpagem inicial (por obra e graça do senador Mário Covas), conseguiram marcar com tons estatizantes vários capítulos do Cabralão, estão sendo derrotados quando esses temas são votados para valer e não plantados de forma sub-reptícia no texto constitucional. Como admite, aliás, o atuante deputado petista, o ex-"guerrilheiro" José Genóino, quando diz que seu grupo agora tem que manter a briga para "marcar posição".

Ilustrativo da fraqueza — por nós nunca ignorada — dos nacional-estatizantes tivemos na sexta-feira passada durante a votação do Artigo 35 do Título II — Dos direitos e liberdades fundamentais — do Cabralão. Os estatizantes não conseguiram votar suas propostas que praticamente eliminariam o princípio da propriedade privada no Brasil. Prevaleceu a redação que exige que o poder público pague "prévia e justa" indenização nos casos de desapropriações realizadas no País por interesse social. No sábado, os moderados impuseram outra derrota importante aos nacional-estatizantes: foi rejeitada uma emenda do brizolista Vivaldo Barbosa que estendia o recurso do mandado de segurança também contra a empresa privada, numa clara ameaça à livre iniciativa no Brasil.

Apesar desse início alentador, muitas outras bombas contra o regime democrático precisam ser extirpadas do Cabralão. Muitos desses pontos têm sido exaustivamente comentados — como é o caso de certos artigos do capítulo do sistema tributário, que dá ao governo o poder praticamente ilimitado de tributar a sociedade, e do artigo que determina a imissão de posse em 90 dias, nas desapropriações para efeito de reforma agrária. Outros, porém, não têm merecido tanta divulgação e, por isso mesmo, podem acabar sendo aprovados sem um estudo mais acurado. O que trará danos irreparáveis para a população brasileira.

É o que acontecerá, por exemplo, na área de saúde, se prevalecer o que está escrito no Cabralão determinando a estatização das entidades filantrópicas e sem finalidade de lucro. A sugestão, segundo denuncia o presidente da Confederação das Misericórdias do Brasil, Arymar Ferreira de Barros, coloca em risco uma tradição de quatro séculos de serviços prestados pelas duas mil santas casas em todo o País. Essas entidades são responsáveis por 58% da oferta de leitos, mais de 80% da assistência aos órfãos, 80% de amparo aos idosos, mais de 90% do atendimento aos deficientes físicos e 95% de assistência a excepcionais. Evidentemente esse será um passo inicial para a estatização total das ações de saúde no Brasil, hoje cobertas em 80% pelos serviços privados.

Os prejuízos para a população brasileira serão inimagináveis. Os serviços de saúde administrados pelo Estado brasileiro são da pior qualidade. As filas do Inamps, o péssimo atendimento dado aos segurados, falam por si só. O instituto é, na verdade, quase tão somente um antro de empreguismo e politicagem, como aliás ficou demonstrado com essa guerra suja envolvendo o PFL e o ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães. Além do mais, como confessa o próprio ministro da Saúde, Roberto Santos, "é fácil verificar pelo número de leitos e consultas que o setor público não tem ainda condições de substituir e arcar com as atividades do setor privado".

Não tem e nunca terá, porque o Estado é intrinsecamente um péssimo administrador de fundos. Copiar as experiências socialistas no momento em que os governos socialistas do mundo inteiro copiam a experiência capitalista, é um desatino e só mostra o grau de desinformação de alguns dos nossos constituintes. O professor Aloísio Sales, ex-presidente do Inamps, lembra que nos regimes socialistas o atendimento médico pode ser classificado como "péssimo", já que se restringe à cobertura primária e, assim mesmo, de má qualidade, abaixo de qualquer padrão aceitável. E o presidente da Associação dos Hospitais de Minas Gerais, Carlos Eduardo Ferreira, faz um sério alerta contra isso: "É importante que toda a sociedade brasileira tenha consciência de que, para se estatizar o setor de saúde no País, terá que ser no mínimo dobrada a carga tributária que incide sobre todos os segmentos, com a sociedade arcando ainda com o ônus da ineficiência do sistema estatal". Ou seja, os brasileiros serão obrigados a pagar muito mais do que já pagam por um serviço muito pior. Está aí a verdadeira opção pelos pobres dos nacional-estatizantes!

Armadilhas como esta contra a livre iniciativa no Brasil — e, portanto, contra a própria democracia — estão armadas em vários artigos do Cabralão. Hoje mesmo a Comissão de Sistematização deverá estar sendo chamada a votar uma dessas bombas. No capítulo dos direitos sociais entrará em discussão a questão da estabilidade no emprego e da duração da jornada de trabalho. Se prevalecerem as propostas dos sindicalistas como estão no texto atual, estará passada a sentença de morte para a empresa privada nacional, que não terá condições de sobreviver aos aumentos de custos que essas medidas acarretarão. O desemprego irá acentuar-se, a crise social e econômica ganhará novos ingredientes, inclusive com o aumento significativo das concordatas e falências. E o Estado acabará assumindo o pouco da economia que ainda está nas mãos do setor privado. Nesse dia a miséria absoluta estará definitivamente institucionalizada no Brasil.

Se os setores realmente progressistas da Constituinte conseguirem manter o comportamento e a coesão que exibiram nestes primeiros dias de votação do Cabralão, se não se deixarem intimidar pelas pressões que certamente irão crescer a partir de agora, ainda será possível evitar o pior. É preciso que todos tenham em mente a advertência do cardeal d. Eugênio Sales em seu programa Voz do Pastor da semana passada:

"O Brasil tem vivido os últimos meses com as aten-

ções voltadas para a elaboração da nova Carta Magna. Após a publicação do projeto de Constituição — substitutivo do relator (2º), de setembro — é indissfarçável o mal-estar que representou para o País o trabalho realizado até agora. Não me refiro ao presidente ou ao relator da Comissão de Sistematização, mas aos frutos alcançados. Anos atrás, diante da grande euforia e imensa expectativa de transformar a Constituinte numapanacea universal, eu havia feito uma advertência, justamente para evitar a decepção. Infelizmente, está além do que eu previra. Queira Deus que no tempo que nos resta, emendas inteligentes e salvadoras, inclusive em plenário, sejam aprovadas e aperfeiçoamentos introduzidos, no sentido de ser obtido, no final, um texto à altura de um promissor futuro para o Brasil".